

NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL E AGRONEGÓCIO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES NA PROVÍNCIA DE MAPUTO, MOÇAMBIQUE

NEW INSTITUTIONAL ECONOMICS AND AGRIBUSINESS: CONTRIBUTIONS TO COMMUNITY DEVELOPMENT IN MAPUTO PROVINCE, MOZAMBIQUE

Bento Pascoal Fafetine¹
Manuel Pastor Francisco Conjo²

RESUMO: O agronegócio constitui um dos principais motores do crescimento económico, da segurança alimentar e da geração de emprego nos países em desenvolvimento. Em Moçambique, apesar do elevado potencial agropecuário, persistem limitações institucionais relacionadas com os direitos de uso e aproveitamento da terra, custos de transação elevados, fraca coordenação entre os agentes económicos e insuficiência de mecanismos de financiamento aos pequenos produtores. Neste contexto, o presente artigo analisa a contribuição da Nova Economia Institucional (NEI) para o desenvolvimento do agronegócio na Província de Maputo. A investigação adotou uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, recorrendo à pesquisa bibliográfica, documental e ao método monográfico. A análise fundamentou-se nos pressupostos da Economia dos Custos de Transação, dos Direitos de Propriedade e das Estruturas de Governança. Os resultados evidenciam que instituições eficientes, regras formais e informais consistentes, segurança jurídica e mecanismos de coordenação reduzem custos de transação, estimulam investimentos e fortalecem a competitividade das cadeias agroalimentares. Conclui-se que a NEI constitui um referencial teórico relevante para compreender os desafios institucionais que condicionam o desenvolvimento do agronegócio em Moçambique, contribuindo para a formulação de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Nova Economia Institucional. Agronegócio. Desenvolvimento Comunitário. Custos de Transação. Governança.

¹ Mestre em Gestão de Empresas e doutorando em Ciências de Gestão pela Universidade São Tomás de Moçambique. É Licenciado em Planificação, Administração e Gestão Escolar pela Universidade Pedagógica. Possui experiência profissional nas áreas de administração, gestão, planificação, logística e aprovisionamento no Ministério da Saúde de Moçambique. Exerce actividade docente no ensino superior, com experiência nas áreas de Gestão, Gestão Financeira e Bancária, Logística, Estratégia Empresarial, Gestão da Produção e Operações e Metodologia de Investigação Científica. É docente no Instituto Superior de Comunicação e Imagem de Moçambique e na Universidade São Tomás de Moçambique, desenvolvendo igualmente actividades de investigação nas áreas de gestão, organizações e gestão de serviços de saúde.

² Doutor em Ciências Florestais, Ambientais e Conservação da Natureza, com formação multidisciplinar nas áreas de gestão ambiental, gestão empresarial, geografia, higiene e segurança no trabalho e meio ambiente. Possui igualmente o grau de Mestre em Gestão Ambiental e o grau de Mestre em Business Management. É Licenciado em Ensino de Geografia e Técnico Superior em Higiene e Segurança no Trabalho e Meio Ambiente. Actualmente, exerce funções de docente e pesquisador na Universidade São Tomás de Moçambique, desenvolvendo actividades relacionadas com o ensino, investigação científica e produção de conhecimento

ABSTRACT: Agribusiness is a key driver of economic growth, food security, and job creation in developing countries. In Mozambique, despite significant agricultural potential, institutional constraints persist regarding land use and tenure rights, high transaction costs, poor coordination among economic agents, and a lack of financing mechanisms for smallholder farmers. Against this backdrop, this article analyzes the contribution of New Institutional Economics (NIE) to agribusiness development in Maputo Province. The study employed a qualitative, applied research approach, utilizing bibliographic and documentary research alongside the case study method. The analysis was grounded in the principles of Transaction Cost Economics, Property Rights, and Governance Structures. The results demonstrate that efficient institutions, consistent formal and informal rules, legal certainty, and coordination mechanisms reduce transaction costs, stimulate investment, and strengthen the competitiveness of agri-food supply chains. The study concludes that NIE provides a relevant theoretical framework for understanding the institutional challenges affecting agribusiness development in Mozambique, thereby contributing to the formulation of public policies aimed at sustainable rural development.

Keywords: New Institutional Economics. Agribusiness. Community Development. Transaction Costs. Governance.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

A agricultura mantém-se como um dos principais vetores do desenvolvimento económico, social e ambiental nos países africanos, desempenhando um papel decisivo na geração de emprego, segurança alimentar e redução da pobreza.

Em Moçambique, o sector agrícola continua a sustentar a economia rural, embora a sua competitividade seja limitada por constrangimentos estruturais e institucionais, incluindo a baixa produtividade, o acesso restrito ao crédito, as deficiências infraestruturais e a reduzida adoção de tecnologias.

Neste contexto, o agronegócio deve ser compreendido como um sistema integrado de cadeias de valor que articula a produção, o fornecimento de insumos, o processamento, a logística e a comercialização. Esta abordagem evidencia que a competitividade e a sustentabilidade do sector dependem da inovação, da coordenação entre os diferentes agentes económicos e da eficiência das instituições que regulam o ambiente de negócios.

Akuriba, Akudugu e Alhassan (2021) concebem o agronegócio como um sistema integrado de atividades que articula todas as etapas das cadeias agroalimentares,

desempenhando um papel determinante na geração de emprego, no crescimento económico e na redução da pobreza, particularmente nas economias africanas.

Nesta perspetiva, a eficiência do sector depende da coordenação entre instituições públicas, setor privado, produtores e mercados, condição essencial para a consolidação de sistemas agroalimentares sustentáveis.

À luz da Nova Economia Institucional, o desempenho do agronegócio é fortemente influenciado pela qualidade das instituições, dos direitos de propriedade, das estruturas de governança e dos mecanismos de coordenação, que afetam os custos de transação e a eficiência dos mercados. No contexto moçambicano, o fortalecimento destes fatores institucionais revela-se indispensável para impulsionar o empreendedorismo rural, melhorar a competitividade do agronegócio e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades.

1.2 Problema de investigação

O agronegócio constitui um sector estratégico para o desenvolvimento económico e social de Moçambique, desempenhando um papel relevante na promoção da segurança alimentar, geração de emprego, redução da pobreza e dinamização das economias locais. Contudo, apesar do potencial agrícola da Província de Maputo e dos investimentos públicos e privados destinados ao fortalecimento das cadeias agroalimentares, persistem desafios institucionais relacionados com a fragilidade dos mecanismos de governança, elevados custos de transação, limitações no acesso ao financiamento, reduzida coordenação entre os diferentes atores da cadeia de valor e insuficiente articulação entre as políticas públicas e as iniciativas de desenvolvimento comunitário.

Na perspetiva da Nova Economia Institucional (NEI), a eficiência do agronegócio não depende exclusivamente da disponibilidade de recursos produtivos ou da capacidade empresarial, mas também da qualidade das instituições formais e informais, da segurança dos direitos de propriedade, da eficácia dos contratos e das estruturas de governança que regulam as relações entre produtores, cooperativas, empresas, instituições financeiras e entidades públicas. A fragilidade desses mecanismos institucionais tende a elevar os custos de transação, reduzir a competitividade das organizações e limitar a contribuição do agronegócio para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Embora existam estudos sobre agronegócio e desenvolvimento rural em Moçambique, observa-se uma reduzida produção científica que analise, de forma integrada, como os pressupostos da Nova Economia Institucional influenciam o desempenho do agronegócio e o desenvolvimento comunitário na Província de Maputo. Esta lacuna limita a compreensão dos fatores institucionais que condicionam a eficiência das cadeias agroalimentares e a formulação de políticas públicas e estratégias de governança mais eficazes. Neste contexto, o problema de investigação é formulado nos seguintes termos:

Como a Nova Economia Institucional influencia o desenvolvimento do agronegócio e a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades na Província de Maputo?

O agronegócio constitui um sector estratégico para o desenvolvimento económico e social de Moçambique; contudo, o seu potencial permanece condicionado por fragilidades institucionais, elevados custos de transação, limitações no acesso ao financiamento e reduzida coordenação entre os diferentes atores das cadeias agroalimentares.

À luz da Nova Economia Institucional (NEI), a competitividade do sector depende da qualidade das instituições, da segurança dos direitos de propriedade, da eficácia dos contratos e das estruturas de governança, fatores que influenciam a eficiência dos mercados e o desenvolvimento sustentável. Apesar da relevância do tema, verifica-se uma escassez de estudos que analisem, de forma integrada, a influência da NEI no desempenho do agronegócio e no desenvolvimento comunitário na Província de Maputo.

4

Esta lacuna científica fundamenta a presente investigação, que procura compreender de que modo o fortalecimento institucional pode impulsionar a competitividade do agronegócio e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades.

1.3. Justificativa da escolha do tema

A presente investigação justifica-se pela importância estratégica do agronegócio para o desenvolvimento económico e social de Moçambique e pela necessidade de compreender como os factores institucionais influenciam o desempenho das cadeias agroalimentares e o desenvolvimento sustentável das comunidades. Embora o país disponha de elevado potencial agropecuário e de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento rural, persistem limitações relacionadas com a fragilidade das instituições, elevados custos de transação,

insuficiente coordenação entre os diferentes atores e desafios na governança das cadeias de valor, comprometendo a competitividade e a sustentabilidade do sector.

Do ponto de vista científico, o estudo procura colmatar a limitada produção académica sobre a aplicação da Nova Economia Institucional ao agronegócio moçambicano, analisando de forma integrada o papel das instituições formais e informais, dos direitos de propriedade, dos custos de transação e das estruturas de governança na promoção do desenvolvimento comunitário. Desta forma, contribui para o aprofundamento do conhecimento sobre a relação entre qualidade institucional, eficiência económica e desenvolvimento rural.

Sob a perspetiva prática, os resultados da investigação poderão fornecer evidências científicas para apoiar a formulação de políticas públicas, o fortalecimento das instituições, a melhoria da governança das cadeias agroalimentares e a definição de estratégias que promovam maior competitividade, atração de investimentos, inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável das comunidades na Província de Maputo e em Moçambique.

1.3.1. A importância da pesquisa no âmbito académico, económico, social, jurídico e político

A presente investigação justifica-se pela relevância estratégica do agronegócio para o desenvolvimento económico, social e institucional de Moçambique, bem como pela necessidade de compreender a influência da Nova Economia Institucional (NEI) na eficiência das cadeias agroalimentares e no desenvolvimento sustentável das comunidades da Província de Maputo.

Do ponto de vista científico, o estudo procura colmatar a limitada produção académica sobre a aplicação da NEI ao contexto moçambicano, aprofundando a análise do papel das instituições, dos direitos de propriedade, dos custos de transação e das estruturas de governança na competitividade do sector.

Sob a perspetiva económica e social, a investigação demonstra que instituições eficientes favorecem o investimento, a inovação, a produtividade agrícola, a geração de emprego, a segurança alimentar e a inclusão produtiva.

No domínio jurídico e político, destaca a importância de um quadro normativo estável, da segurança dos direitos de propriedade e de políticas públicas eficazes para fortalecer a governação, reduzir as incertezas económicas e promover a coordenação entre o Estado, o sector privado e as cooperativas.

Assim, o estudo oferece contributos científicos e práticos para a formulação de estratégias e políticas orientadas para o fortalecimento institucional, o aumento da competitividade do agronegócio e o desenvolvimento sustentável das comunidades moçambicanas.

1.4. Hipoteses de pesquisa

Ho: A Nova Economia Institucional não exerce influência significativa sobre o desenvolvimento do agronegócio e das comunidades na Província de Maputo

H1: A Nova Economia Institucional exerce influência significativa sobre o desenvolvimento do agronegócio e das comunidades na Província de Maputo.

1.5. Objectivos da pesquisa

1.5.1. Objectivo geral

Analisar a contribuição da Nova Economia Institucional para o desenvolvimento do agronegócio e das comunidades na Província de Maputo.

1.5.2. Objectivos específicos

Analisar a influência das instituições formais e informais no desempenho do agronegócio.

Avaliar o papel dos direitos de propriedade e dos custos de transação no desenvolvimento das cadeias agroalimentares.

Examinar a contribuição das estruturas de governança para a coordenação das actividades do agronegócio.

Identificar os principais desafios institucionais que condicionam o desenvolvimento do agronegócio na Província de Maputo.

Propor recomendações para o fortalecimento institucional e a promoção do desenvolvimento rural sustentável..

2. REVISAO DA LITERATURA

2.1. Revisão teórica

Teoria do Processo de Desenvolvimento e Mudança Estrutural

De acorcom (Kuznets, 1983, p. 7), Identifica o crescimento econômico das nações como um aumento sustentado do produto per capita ou por trabalhador, acompanhado muitas vezes de um aumento populacional e, geralmente, de mudanças radicais de estrutura.”

O desenvolvimento de uma economia acontece em conjunto a um processo de mudança estrutural da produção: com a diminuição do sector agrário junto a um crescimento do setor manufatureiro na composição do valor agregado da produção, impulsionados pelas diferenças de produtividade entre os sectores.

Modelo de Lewis e a Evolução das Teorias do Desenvolvimento Agrícola

Segundo Timmer (1988, p. 276), o declínio da importância da agricultura é uma tendência conduzida por forças inerente ao processo de desenvolvimento, sejam no capitalismo ou no socialismo, na Europa, nas Américas, Ásia, ou na África, sejam os países desenvolvidos ou subdesenvolvidos.

Para Lewis, a economia é composta por 2 (dois) sectores, denominados de sector Capitalista” e sector de Subsistência, em que a diferença chave entre os dois consiste pelo facto de que o primeiro é capaz de contratar mão-de-obra para (re)produção de bens, e remunera aos capitalistas (donos do capital e responsáveis pela contratação dos trabalhadores) pelo seu uso e o sector de subsistência gera proventos apenas para quem usa o factor de produção. No processo de expansão do sector capitalista, este necessariamente se utiliza de mão-de-obra oriunda do sector de subsistência, oferecendo-lhes salários reais maiores do que o rendimento de subsistência, acarretando então um movimento de recursos para o sector capitalista e uma diminuição da importância do sector de subsistência.

Desta maneira, aos capitalistas importam que a produtividade do sector de subsistência seja baixa, pois quanto menor for este, maior será o lucro dos capitalistas, já que o nível de salário real é determinado pelo nível de rendimento do sector de subsistência. Todavia, o autor ressalta que isto seria totalmente verdade se não houvesse trocas de bens entre os dois sectores, o que não ocorre na realidade.

Teorias da Ação Colectiva de Olson, Granovetter e Ostrom

O alinhamento de interesses em uma acção colectiva não está na equivalência do interesse próprio da pessoa, mas sim, no facto de que os indivíduos têm necessidades em comum e que somente podem ser obtidas por meio de ações em conjunto. (Nassar, 2001).

Sendo assim, as ações colectivas podem ser entendidas como a união de esforços de dois ou mais actores, tais como indivíduos, empresas, instituições ou nações, necessária à obtenção de um resultado. A acção coletiva envolve interações estratégicas em que as escolhas de um ator e suas consequências são dependentes de suas próprias ações e as dos outros (Sandler, 2004).

Assim, as vantagens das ações colectivas podem ser muitas. Conforme Ramirez e Berdegué (2003), são: i) a melhoria do bem-estar material dos actores envolvidos; ii) a modificação das relações sociais dentro de uma população específica; iii) a influência sobre as políticas públicas, para ampliar as oportunidades de desenvolvimento e enfraquecer ou superar os sistemas de discriminação e exclusão. Além desses, podem ainda ser citados: aumento de receita, ganhos de escala e de aglomeração, aumento do poder de barganha, diluição de riscos, redução de conflitos e maior poder de negociação (Austin, 2001; Sachs, 2003; Saes, 2008; Maeda; Saes, 2009).

2.2. Revisão empírica

2.2.1. Estudo 1 sobre agronegocio realizado pelo centro de ciências químicas, farmacêuticas e de alimentos no Brasil.

O agronegócio Brasileiro é um sector bastante rico e relevante para o país, com inúmeras possibilidades de expansão, crescimento e inovação. As agroindústrias familiares, possuem um papel fundamental na economia e estão diretamente relacionadas a geração de renda de muitas famílias nos seus locais de atuação. No Brasil, o Rio Grande do Sul, destacando-se pela Serra Gaúcha, é um dos estados com maior representatividade quantitativas do segmento. Ao mesmo tempo em que o estado possui uma vasta possibilidade de exploração em relação ao segmento, estávamos vivemos em um período da economia, no qual o foco ainda estava na industrialização com uma cadeia de suprimentos composta na sua maioria pela indústria de média e alta escala com padrões definidos, maquinários tecnológicos e acesso a informações e especialistas com maior facilidade.

2.2.2. Estudo 2 Estratégias competitivas no agronegócio: um estudo de caso na propriedade Rural Breunig.

O referido estudo foi realizado em uma propriedade rural familiar, de médio porte localizado em Lajeado Micuim interior do município de Horizontina situado na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. As principais atividades desenvolvidas são a produção de suínos, leite, soja e milho, proporcionando renda para a propriedade, contribuindo assim, para o crescimento da sua atividade agrícola. Este trabalho aborda a implantação de estratégias competitivas na propriedade rural Breunig. Objetiva-se identificar os principais potenciais estratégicos da propriedade, analisar as ações estratégicas que a propriedade rural Breunig possui na atualidade e definir novas ações estratégicas para alavancar o crescimento e desenvolvimento da propriedade Breunig, para que a mesma se torne referência no ramo de actuação

2. QUADRO CONCEPTUAL

2.1. Nova Economia Institucional

A Nova Economia Institucional (NEI) constitui uma das principais correntes da economia contemporânea dedicada ao estudo das instituições e da sua influência sobre o desempenho económico. A abordagem procura explicar como regras formais, normas sociais, contratos, mecanismos de governança e direitos de propriedade condicionam as decisões dos agentes económicos.

Segundo North (2020), as instituições são "as regras do jogo" que estruturam as interações humanas, reduzindo a incerteza e proporcionando estabilidade às relações económicas, políticas e sociais. Estas instituições compreendem tanto regras formais (constituições, leis, regulamentos e contratos) como restrições informais (normas sociais, cultura, tradições e códigos de conduta), que conjuntamente moldam os incentivos e o comportamento dos agentes económicos.

Na mesma perspectiva, Williamson (2020) afirma que a NEI analisa a eficiência dos diferentes mecanismos de governança utilizados para coordenar transações económicas, defendendo que as organizações escolhem estruturas de coordenação capazes de minimizar os

custos de transação decorrentes da racionalidade limitada, do oportunismo e da especificidade dos activos.

A literatura recente demonstra que a NEI tem sido amplamente utilizada para analisar cadeias agroalimentares, cooperativas agrícolas, mercados de insumos, segurança alimentar, agricultura contratual e desenvolvimento rural, sobretudo em países africanos onde a qualidade institucional constitui um dos principais determinantes do crescimento do sector agrícola

A Nova Economia Institucional e os desafios do ambiente institucional do agronegócio em Moçambique

O agronegócio constitui um dos principais motores do desenvolvimento económico e social em Moçambique, devido ao seu potencial para aumentar a produtividade agrícola, gerar emprego, promover a segurança alimentar e reduzir a pobreza. Conforme assinala Mosca (2014), a dinamização do sector agropecuário representa uma condição essencial para impulsionar o desenvolvimento rural e melhorar as condições de vida das comunidades. Contudo, a concretização deste potencial depende não apenas da disponibilidade de recursos naturais e fatores produtivos, mas, sobretudo, da existência de instituições eficientes que reduzam as incertezas económicas e promovam um ambiente favorável ao investimento.

10

Na perspetiva da Nova Economia Institucional (NEI), desenvolvida por Coase (1937), North (1990) e Williamson (1985), o desempenho económico resulta da interação entre instituições, organizações e mercados. As instituições formais, representadas pelas leis, políticas públicas e sistemas regulatórios, e as instituições informais, constituídas por normas sociais, valores culturais e relações de confiança, influenciam diretamente os custos de transação, a segurança dos direitos de propriedade, o cumprimento dos contratos e a eficiência das cadeias de valor. Consequentemente, economias dotadas de instituições sólidas tendem a apresentar maior capacidade de atrair investimentos, estimular a inovação e promover o crescimento económico sustentável.

No contexto moçambicano, apesar da existência de um quadro jurídico que regula o acesso à terra, incentiva o investimento agrícola e promove o desenvolvimento rural, persistem limitações institucionais que restringem a competitividade do agronegócio. Entre essas limitações destacam-se a morosidade administrativa, a limitada capacidade institucional, a insuficiente articulação entre os órgãos públicos, as dificuldades de acesso ao crédito e as

barreiras ao acesso formal ao Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). Tais constrangimentos levam muitos pequenos e médios produtores a recorrerem a mecanismos informais de acesso à terra, aumentando a insegurança jurídica, a incerteza contratual e os custos de transação.

Sob a óptica da NEI, estes factores criam incentivos para comportamentos oportunistas, reduzem a confiança entre os agentes económicos e comprometem a eficiência das cadeias agroalimentares. Williamson (1985) argumenta que, em ambientes institucionais caracterizados por elevados custos de transação, os agentes tendem a reduzir os investimentos produtivos, limitar as relações contratuais de longo prazo e adotar estratégias menos eficientes, comprometendo o desempenho organizacional e o desenvolvimento económico.

Além disso, a ocorrência de práticas incompatíveis com os princípios da boa governação compromete a credibilidade das instituições públicas e reduz a confiança dos investidores. Neste sentido, a Lei n.º 16/2012, de 14 de agosto foi revogada pela Lei n.º 12/2024, de 18 de junho, que aprovou uma nova Lei da Probidade Pública, estabelece que os agentes públicos devem pautar a sua actuação pelos princípios da legalidade, integridade, imparcialidade, transparência e responsabilidade, enquanto a legislação anticorrupção prevê mecanismos de prevenção e repressão de práticas que atentem contra a administração pública. O cumprimento efectivo destes princípios constitui um requisito essencial para fortalecer a segurança jurídica, melhorar o ambiente de negócios e estimular investimentos no agronegócio.

11

A literatura contemporânea reforça esta perspetiva ao demonstrar que a transformação dos sistemas agroalimentares depende da existência de instituições transparentes, mecanismos eficazes de coordenação e forte articulação entre o Estado, o setor privado, as organizações de produtores e a sociedade civil. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) destaca que instituições robustas e mecanismos de governança inclusivos são fundamentais para promover a inovação, facilitar a coordenação entre os diferentes actores e criar um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável das cadeias agroalimentares.

Nesta perspetiva, o Estado assume um papel estratégico na criação de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento do agronegócio, por meio do fortalecimento da governação da terra, da simplificação dos procedimentos administrativos, da melhoria do acesso ao financiamento, da promoção da transparência e do reforço da coordenação entre as instituições públicas e privadas. Estas medidas contribuem para reduzir os custos de transação,

aumentar a previsibilidade das relações económicas e fortalecer a competitividade das cadeias de valor agrícolas.

Por conseguinte, a evidência teórica e empírica permite concluir que o desenvolvimento sustentável do agronegócio em Moçambique depende da qualidade das instituições que regulam o setor. O fortalecimento dos direitos de propriedade, da segurança jurídica, da governação pública e das estruturas de coordenação institucional constitui uma condição indispensável para estimular o investimento, aumentar a produtividade agrícola, promover a inclusão dos pequenos produtores e impulsionar o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

2.2. Agronegocio

Nas últimas décadas, o conceito de agronegócio evoluiu significativamente, deixando de representar apenas a produção agrícola para abranger todas as actividades económicas que integram as cadeias agroalimentares.

De acordo com Akuriba, Akudugu e Alhassan (2021), o agronegócio compreende todas as actividades relacionadas com o fornecimento de insumos, produção agrícola, processamento, armazenamento, transporte, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários, constituindo um dos principais motores do crescimento económico, geração de emprego e redução da pobreza nos países africanos.

A Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO, 2025) define o agronegócio como um sistema integrado de cadeias de valor agroalimentares que envolve produtores, fornecedores, agroindústrias, instituições financeiras, empresas de transporte, distribuidores e consumidores, enfatizando a criação de valor, a sustentabilidade ambiental, a inovação tecnológica e a inclusão dos pequenos produtores.

Por sua vez, a Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) e a FAO (2025) consideram que o agronegócio moderno depende da articulação entre produção, mercados, inovação tecnológica, políticas públicas e qualidade institucional, factores indispensáveis para aumentar a competitividade internacional e promover sistemas agroalimentares resilientes.

Estas definições ampliam a visão clássica apresentada por Stedile (2006), ao reconhecerem que o agronegócio pode assumir diferentes configurações institucionais e

organizacionais, dependendo do ambiente regulatório, da estrutura dos mercados e das políticas públicas implementadas.

2.3 Custos de Transação

A Economia dos Custos de Transação constitui um dos pilares da Nova Economia Institucional.

Segundo Williamson (2020), custos de transação correspondem aos custos associados à negociação, elaboração, monitorização e cumprimento dos contratos estabelecidos entre os agentes económicos.

Nas cadeias agroalimentares, estes custos podem resultar de:

- assimetria de informação;
- incumprimento contratual;
- oportunismo;
- incerteza climática;
- volatilidade dos preços;
- dificuldades logísticas;
- insegurança jurídica;
- ausência de mecanismos eficientes de resolução de conflitos.

Quanto menores forem os custos de transação, maior será a eficiência das cadeias produtivas e maior será a competitividade do agronegócio.

2.4 Direitos de Propriedade

Os direitos de propriedade constituem outro elemento central da Nova Economia Institucional.

Segundo North (2020), os direitos de propriedade definem quem possui autoridade para utilizar, controlar, beneficiar e transferir determinados recursos económicos.

No contexto do agronegócio, a segurança dos direitos de propriedade incentiva investimentos de longo prazo, adopção de tecnologias agrícolas, expansão da produção e acesso ao crédito.

No caso moçambicano, a Constituição da República e a Lei de Terras estabelecem que a terra pertence ao Estado, sendo atribuído aos cidadãos o Direito de Uso e Aproveitamento da

Terra (DUAT). O seu artigo já descreve este enquadramento legal e discute os seus efeitos sobre o investimento agrícola. À luz da NEI, a eficácia desse regime depende da previsibilidade institucional, da segurança jurídica e da capacidade das instituições em reduzir conflitos e custos de transação.

2.5 Estruturas de Governança

As estruturas de governança representam os mecanismos utilizados para coordenar as relações entre produtores, fornecedores, cooperativas, agroindústrias e mercados.

Segundo Williamson (2020), estas estruturas podem assumir diferentes formas:

- Mercado;
- Contratos;
- Cooperativas;
- Integração vertical;
- Alianças estratégicas.

A escolha da estrutura mais adequada depende das características da transação, do nível de risco, da especificidade dos activos e da frequência das transações.

14

No agronegócio, mecanismos eficientes de governança reduzem conflitos, aumentam a confiança entre os parceiros e favorecem investimentos produtivos.

2.6 Desenvolvimento Comunitário

O desenvolvimento comunitário é actualmente entendido como um processo participativo que fortalece as capacidades locais, promove inclusão social e melhora as condições económicas e ambientais das comunidades.

Segundo o United Nations Development Programme (2022), o desenvolvimento comunitário sustentável depende da participação activa da população, da boa governação, da inclusão económica e da utilização sustentável dos recursos naturais.

Aplicado ao agronegócio, este conceito pressupõe que o fortalecimento das cadeias produtivas deve gerar benefícios económicos, sociais e ambientais para os produtores familiares e para as comunidades rurais.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 Desenho da Investigação

A presente investigação adoptou uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, assente num desenho de estudo de caso, complementado por pesquisa bibliográfica e documental. A opção por esta estratégia metodológica justifica-se pela necessidade de compreender, de forma aprofundada, a influência das instituições no funcionamento do agronegócio e no desenvolvimento das comunidades da Província de Maputo, à luz da Nova Economia Institucional (NEI).

Segundo Creswell e Creswell (2023), a investigação qualitativa permite interpretar fenómenos sociais complexos no seu contexto natural, privilegiando a compreensão das relações entre actores, instituições e processos organizacionais. Neste estudo, esta abordagem mostrou-se adequada por possibilitar a análise integrada das regras formais, das normas informais, dos direitos de propriedade, dos custos de transação e das estruturas de governança que condicionam o desempenho do agronegócio.

3.2 Natureza da Pesquisa

Quanto à finalidade, a investigação caracteriza-se como pesquisa aplicada, por procurar produzir conhecimento orientado para a resolução de problemas concretos relacionados com o desenvolvimento institucional do agronegócio em Moçambique.

Conforme Gil (2022), a pesquisa aplicada tem como propósito gerar conhecimentos que contribuam para solucionar problemas específicos, fornecendo subsídios para a tomada de decisão, formulação de políticas públicas e melhoria das práticas organizacionais.

Neste contexto, os resultados desta investigação pretendem apoiar instituições públicas, cooperativas, produtores, investidores e decisores políticos na implementação de mecanismos institucionais que favoreçam o desenvolvimento sustentável do sector agropecuário.

3.3 Tipo de Pesquisa

Exploratórios, por procurar aprofundar o conhecimento sobre a aplicação da Nova Economia Institucional ao agronegócio moçambicano;

Descritivos, por descrever as características das instituições, dos mecanismos de governança e das relações estabelecidas entre os diferentes actores das cadeias agroalimentares;

Explicativos, por analisar de que forma os custos de transação, os direitos de propriedade e as instituições influenciam o desempenho do agronegócio e o desenvolvimento das comunidades.

A integração destas três tipologias permitiu compreender não apenas "o que acontece", mas também "por que acontece" e "como as instituições condicionam o comportamento dos agentes económicos".

3.4 Procedimentos Técnicos

A investigação baseou-se na combinação de três procedimentos metodológicos.

3.4.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica consistiu na revisão sistemática da literatura nacional e internacional sobre Nova Economia Institucional, Economia dos Custos de Transação, Agronegócio, Direitos de Propriedade, Governança e Desenvolvimento Comunitário.

3.4.2. Pesquisa Documental

A pesquisa documental incidiu sobre a análise de legislação, políticas públicas e documentos institucionais relacionados com o sector agropecuário moçambicano, incluindo:

- Constituição da República de Moçambique;
- Lei de Terras;
- Regulamentos do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT);
- Documentos estratégicos do Governo;
- Relatórios do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Publicações da FAO;
- Relatórios do Banco Mundial;
- Documentos da OCDE.

A utilização destes documentos permitiu contextualizar a análise institucional do agronegócio na realidade moçambicana.

3.4.3. Estudo de caso

A investigação adotou como estratégia metodológica o estudo de caso, tomando como referência a Cooperativa Hixikwanwe, na Província de Maputo, por representar um contexto relevante para analisar a aplicação dos pressupostos da Nova Economia Institucional (NEI) no agronegócio.

A unidade de análise compreendeu o ambiente institucional do sector, considerando as instituições públicas, a legislação agrária, os direitos de propriedade, os mecanismos de governança, os contratos agrícolas e as cadeias agroalimentares.

A recolha de dados foi realizada por meio de revisão bibliográfica, análise documental e observação direta, permitindo a triangulação das evidências e o fortalecimento da confiabilidade dos resultados. A análise dos dados baseou-se na técnica de análise de conteúdo temática, segundo Bardin (2021), estruturada em três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. As categorias analíticas abrangeram as instituições formais e informais, os custos de transação, os direitos de propriedade, as estruturas de governança, a coordenação das cadeias agroalimentares e o desenvolvimento comunitário.

17

4. ANALISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 Ambiente Institucional e Desenvolvimento do Agronegócio na Província de Maputo

Os resultados evidenciam que o desempenho do agronegócio na Província de Maputo depende, em grande medida, da qualidade do ambiente institucional. Apesar das condições agroecológicas favoráveis, da disponibilidade de recursos naturais e da proximidade aos principais centros de consumo, persistem limitações estruturais relacionadas com elevados custos de transação, reduzido acesso ao financiamento, insuficiência de infraestruturas e fraca coordenação entre os agentes económicos. Estas constatações também são descritas no manuscrito original ao caracterizar o contexto agrícola moçambicano.

À luz da Nova Economia Institucional, estes constrangimentos refletem falhas institucionais que aumentam a incerteza e reduzem os incentivos ao investimento. A literatura

recente demonstra que sistemas institucionais robustos favorecem a segurança jurídica, a previsibilidade dos contratos e a redução dos custos de transação, promovendo maior produtividade e competitividade das cadeias agroalimentares.

4.2 Influência das Regras Formais e Informais

A investigação demonstra que as regras formais, legislação, políticas públicas e regulamentos constituem elementos essenciais para disciplinar o funcionamento das cadeias agroalimentares. O manuscrito mostra que essas regras procuram orientar a utilização da terra, a política agrícola e as relações entre os diferentes intervenientes do sector.

Todavia, os resultados revelam igualmente que normas informais, como práticas sociais, relações de confiança, costumes locais e comportamentos oportunistas, continuam a exercer forte influência sobre as transações económicas. O documento destaca que tais restrições informais podem gerar conflitos, afetar a cooperação e comprometer a eficiência organizacional.

Sob a perspectiva da NEI, o desempenho institucional depende da complementaridade entre regras formais e informais. Quando ambas são coerentes, reduzem-se os custos de coordenação e aumenta-se a confiança entre os agentes económicos; quando entram em conflito, tendem a surgir maiores níveis de incerteza e oportunismo.

18

4.3 Direitos de Propriedade e Segurança do Investimento

Um dos principais resultados do estudo refere-se ao regime de posse da terra em Moçambique. O manuscrito evidencia que o Estado mantém a propriedade da terra, atribuindo aos cidadãos o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), situação que pode limitar o acesso ao crédito e aumentar a percepção de risco por parte dos investidores.

Na óptica da Nova Economia Institucional, a clareza dos direitos de propriedade reduz a incerteza, favorece investimentos de longo prazo e incentiva a adopção de tecnologias agrícolas. Assim, o fortalecimento dos mecanismos de segurança jurídica associados ao DUAT poderá contribuir para dinamizar o investimento privado e ampliar o acesso ao financiamento rural.

4.4 Coordenação, Custos de Transação e Governança

Os resultados mostram que a coordenação entre produtores, fornecedores e compradores influencia directamente a eficiência do agronegócio. O manuscrito identifica situações em que rivalidades entre agricultores dificultam a cooperação, elevam os custos de transação e reduzem a eficácia da comercialização agrícola.

Esta evidência é coerente com os pressupostos da Economia dos Custos de Transação, segundo os quais mecanismos de governança adequados como contratos bem estruturados, cooperativas e parcerias reduzem conflitos, promovem confiança e melhoram o desempenho económico das cadeias produtivas.

4.5 Cooperativismo e Nova Economia Institucional: o Caso da Cooperativa Hixikwanwe

O estudo de caso apresentado no manuscrito demonstra que a parceria entre a Cooperativa Hixikwanwe e uma empresa fornecedora de pintos e rações constitui um exemplo de estrutura híbrida de governança. Embora os produtores permaneçam dependentes da empresa para aquisição de insumos e comercialização, os contratos celebrados reduzem parte das incertezas inerentes à actividade e asseguram maior estabilidade produtiva.

Sob a perspectiva da NEI, este resultado confirma que contratos cooperativos podem reduzir custos de transação e facilitar a coordenação entre os agentes económicos. Contudo, também evidencia a necessidade de mecanismos que promovam maior equilíbrio nas relações contratuais e reduzam assimetrias de poder de negociação.

19

Validação das Hipóteses

Hipótese Geral

H₀: A Nova Economia Institucional não exerce influência significativa sobre o desenvolvimento do agronegócio e das comunidades na Província de Maputo.

Resultado: Rejeitada.

Os resultados obtidos demonstram que instituições eficientes, segurança jurídica, mecanismos de governança e redução dos custos de transação exercem influência directa sobre o funcionamento das cadeias agroalimentares e sobre o desenvolvimento das comunidades rurais.

H₁: A Nova Economia Institucional exerce influência significativa sobre o desenvolvimento do agronegócio e das comunidades na Província de Maputo.

Resultado: Confirmada.

As evidências analisadas indicam que a aplicação dos princípios da NEI favorece a coordenação entre os actores económicos, reduz a incerteza, fortalece os direitos de propriedade e cria condições mais favoráveis ao investimento, ao empreendedorismo rural e ao desenvolvimento comunitário.

Contribuições científicas do estudo

O presente estudo oferece contribuições relevantes em três dimensões.

Contribuição Teórica

O estudo amplia a aplicação da Nova Economia Institucional ao contexto do agronegócio moçambicano, demonstrando que os conceitos de custos de transação, direitos de propriedade e estruturas de governança permanecem actuais e úteis para explicar o funcionamento das cadeias agroalimentares.

20

Contribuição Metodológica

A investigação combina pesquisa bibliográfica, análise documental e estudo de caso, proporcionando uma análise contextualizada da realidade institucional do agronegócio na Província de Maputo e permitindo integrar fundamentos teóricos com evidências empíricas.

Contribuição Prática

Os resultados oferecem subsídios para decisores públicos, cooperativas, produtores e investidores, ao identificar mecanismos institucionais capazes de fortalecer o ambiente de negócios, reduzir os custos de transação e promover o desenvolvimento rural sustentável

5. CONCLUSÃO

O presente estudo analisou a contribuição da Nova Economia Institucional para o desenvolvimento do agronegócio na Província de Maputo, demonstrando que o desempenho

das cadeias agroalimentares depende não apenas dos factores produtivos tradicionais, mas também da qualidade das instituições que regulam as relações económicas. A análise evidencia que regras formais consistentes, normas informais favoráveis à cooperação, direitos de propriedade seguros e mecanismos eficazes de governança reduzem os custos de transação, estimulam investimentos e fortalecem a competitividade do sector.

O estudo também confirma que o regime jurídico da terra em Moçambique, a limitada articulação entre os diferentes actores da cadeia de valor e as dificuldades de acesso ao financiamento continuam a constituir desafios relevantes para a expansão do agronegócio. Por outro lado, experiências cooperativas, como a apresentada no manuscrito, demonstram que estruturas contratuais bem concebidas podem reduzir riscos, promover a coordenação e aumentar a estabilidade produtiva.

Do ponto de vista teórico, a investigação reforça a utilidade da Nova Economia Institucional como referencial para compreender a interação entre instituições, mercados e organizações no sector agropecuário. Sob a perspectiva prática, os resultados sugerem que políticas públicas orientadas para o fortalecimento da segurança jurídica do DUAT, a expansão do crédito rural, o desenvolvimento de infraestruturas logísticas, o incentivo ao cooperativismo e o reforço da capacidade institucional poderão contribuir para melhorar a competitividade do agronegócio e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades da Província de Maputo.

21

Como limitações, este estudo baseou-se predominantemente em análise documental e bibliográfica, complementada por um estudo de caso. Recomenda-se que investigações futuras recorram a métodos mistos, incluindo inquéritos e entrevistas com produtores, cooperativas, instituições financeiras e entidades governamentais, permitindo testar empiricamente as relações propostas pela Nova Economia Institucional e ampliar a generalização dos resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Akuriba, M., Akudugu, M. A., & Alhassan, A. R. (2021). Contextual Issues on Agribusiness. In *Agribusiness for Economic Growth in Africa: Practical Models for Tackling Poverty*. Springer.
- Austin, J. E. (2001). *Parcerias*. São Paulo: Futura
- Bardin, L. (2021). *Análise de conteúdo (Edição revista e atualizada)*. Edições 70.

Coase, R. H. (1937). The nature of the firm. *Economica*, 4(16), 386–405. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>

Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2023). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (6th ed.). SAGE Publications.

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2025). *Sustainable Agribusiness and Agrifood Value Chain Development*.

Gil, A. C. (2022). *Como elaborar projetos de pesquisa* (7.^a ed)

Kuznets, S. (1983). *Crescimento econômico moderno: Ritmo, estrutura e difusão*.

Maeda, M. Y.; Saes, M. S. M. A(2009). *lógica da ação coletiva: a experiência do Condomínio Agrícola Leópolis*. São Paulo.

Minag.(2013). *Estratégia do Governo e Oportunidades de Investimento no Agronegócios em Moçambique*, Maputo.

MOSCA, J. (2014). *Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas*, CESA, Lisboa.

Nassar, A. M.(2001). *Eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros*. São Paulo.

North, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge University Press.

North, D. C. (2020). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* (reimp.). Cambridge University Press

Organisation for Economic Co-operation and Development, & Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2025). *OECD-FAO Agricultural Outlook 2025–2034*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/601276cd-en>

Saes, M. S. M. (2008) *Estratégias de diferenciação e apropriação da quase-renda na agricultura: a produção de pequena escala*. São Paulo,

Stedile, J. P. (2006). *A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país*. Revista Caros Amigos. São Paulo

Timmer, C. P.(1988). The agricultural transformation. In: CHENERY, H.; SRINIVASAN, T. (Ed.). *Handbook of Development Economics. vida de poblaciones rurales*. Fundo Mink'a de Chorlavi.

United Nations Development Programme. (2022). *Human Development Report 2021/2022*

Williamson, O. E. (1985). *The economic institutions of capitalism: Firms, markets, relational contracting*. Free Press.

Williamson, O. E. (2020). *Transaction Cost Economics: The Governance of Contractual Relations* (reimp.). Edward Elgar Publishing.

WILLIAMSON, O. E.(1991). Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. *Administrative Science Quarterly*, v.36,

Legislação Consultada

O Código Penal, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 31 de Dezembro

Constituição da Republica de Mocambique

Lei de terras A Lei n.º 6/79, de 3 de Julho

Lei n.º 19/97 de 1 de Outubro - Lei de Terras

Lei n.º 16/2012, de 14 de agosto,

Lei n.º 12/2024, de 18 de junho,